



Pesquisa com lideranças na tradução do sensível e uma ciência “cidadã” no enfrentamento à COVID-19 no Nordeste Brasileiro

Ana Gretel Echazú Böschemeier¹

Breno da Silva Carvalho²

Luan Gomes dos Santos de Oliveira³

Nathalia Maíra Cabral de Medeiros⁴

Resumo

Neste trabalho, propomos uma exploração epistemológica e política de base descolonizadora, feminista e interseccional da experiência de ciência cidadã no trabalho de lideranças comunitárias, as quais exerceram o papel de bolsistas inscritas/os sob a nova categoria ADC2A do Conselho Nacional de Pesquisas (Portaria 2021) no marco do projeto “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 – Tradução e Elaboração de Materiais nos Territórios”. A investigação sustenta-se em problematizações transdisciplinares a partir do diálogo entre a antropologia, a saúde coletiva e os estudos da comunicação e tradução. Levantaram-se questões referentes ao imperialismo linguístico, acessibilidade à informação e o protagonismo das comunidades diante das demandas de tradução de informações estratégicas vinculadas à pandemia. Entendemos que a interlocução das lideranças comunitárias possibilitou uma ultrapassagem na compreensão colonial que trata sujeitos e povos como objetos de estudo. Nossa ciência “cidadã” inclui experiências sociais e de tradição, ampliando a capacidade de produção de cosmopolíticas diversas: essas vozes instauram no interior da pesquisa novos modos de traduzir o mundo, além de todo o ecocídio colonial. Diante dos contextos de excepcionalismo pandêmico (London, Kimmelman 2020), indagamos: qual é o papel de processos tradutórios descolonizadores e reflexivos em corpos e territórios socialmente vulnerabilizados (Krenak 2019)? A partir de quais sensibilidades foram gerenciados os

¹ Licenciada em Antropologia (UNSA, SLA/Argentina). Mestrado em Antropologia Social (UFRN), PhD em Antropologia (UNB) e Pós-Doutorado em Saúde Coletiva (UFRN). Instituição: Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.

² Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (Ucsal, Bahia/Brasil). Bacharel, Mestre e Doutor em Antropologia (UFBA). Instituição: Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DECOM/UFRN), Brasil.

³ Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais (UFRN), Mestre em Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sociedade (UFRN) e Doutor em Educação (UFRN). Grupo de Pesquisa em Ecologia Política, Educação e Saúde – Ecos. Instituição: Unidade Acadêmica de Ciências Jurídicas e Sociais. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Brasil.

⁴ Doutora e mestra em Bioquímica, graduanda em Letras Inglês. Instituição: Departamento de Bioquímica, Centro de Biociências. Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.

conhecimentos biomédicos, etnobiológicos, históricos e culturais sobre a COVID-19 junto às lideranças comunitárias? Como impactou a experiência do acesso a uma bolsa remunerada na produção de conhecimento local? Quais tecidos de cuidado (Puig de la Bellacasa 2017) e cidadania foram fortalecidos neste percurso? Nossa aproximação parte de etnografias de encontros virtuais (Kozinets 2014) e do material produzido em oficinas de reflexão junto a lideranças bolsistas de comunidades indígenas, ciganas, pescadoras, marisqueiras, catadoras de materiais recicláveis, lideranças do movimento de pessoas em situação de rua dos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará (julho 2020 a agosto 2021). Salientamos a importância estratégica de uma ciência que cuida, uma produção do conhecimento baseada em regimes de cuidado, “cidadanias” (Aler 2011) locais e corpo a corpo, representativas das buscas pelo bem viver de lideranças de povos tradicionais e movimentos sociais durante e depois da pandemia.

Palavras-chave: ciência cidadã, descolonização, cidadania, Bem Viver, tradução

Apresentação

No presente texto, iremos tensionar as problemáticas em torno de uma “ciência cidadã” a partir de resultados parciais da experiência advinda do projeto de pesquisa universal do CNPq chamado *Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com Comunidades do Rio Grande do Norte, Paraíba e o Ceará*⁵, doravante designado *Boas Práticas*, no qual participaram bolsistas lideranças comunitárias pertencentes a sete comunidades/movimentos sociais do Nordeste brasileiro.

Quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada em 1946 (Declaração, 1948), um grupo cuja maioria era de homens brancos e norte-americanos bem intencionados postulou que a ciência é um produto da cultura dos povos. Em seu Artigo 27, a declaração destaca que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios” (Declaração 1948).

Após o reconhecimento global do genocídio nazista, a ciência mostrava seu lado necropolítico. O Tribunal de Nuremberg, em dezembro de 1946, julgou mais de vinte pessoas – boa parte dos quais eram profissionais da medicina – pelos brutais experimentos realizados em seres humanos durante o regime nazista. Em agosto de 1947, foram divulgadas as sentenças

⁵ O presente artigo é fruto de reflexões realizadas a partir da pesquisa da Chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit N° 07/2020 – Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves – Projeto Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, Paraíba e o Ceará (Processo: 403104/2020-3).

aos acusados, como assim também um documento que ficou conhecido como Código de Nuremberg (Código 2002).

O Código tornou-se, junto com a Declaração Universal (1948), um marco na história dos tratados internacionais vinculados à ética e o cuidado cidadão: pela primeira vez estabeleceu-se recomendação internacional sobre os aspectos éticos envolvidos na pesquisa em seres humanos.

Tanto em um, quanto em outro documento, foi inscrita em nível global a prerrogativa vinculada à importância da humanidade “se beneficiar dos avanços” da ciência. Mas a visão universalista apresentava tensões particularistas desde diversas frentes: os avanços dos feminismos na cena pública; a articulação dos povos indígenas em nível global; os ensinamentos do movimento negro educador; a visibilidade de movimentos sociais vinculados à luta das pessoas com deficiência etc. O movimento ecologista, por exemplo, fez com que os discursos modernos sobre o Homem e a Humanidade se desarticulassem.

É assim até o presente: desde o nível legislativo internacional até o nível das micropolíticas nos territórios, têm sido elaboradas diversas abordagens que, sem negar a importância da ciência para as pessoas que habitam o planeta, consigam articular perspectivas críticas em torno das demandas particulares da cidadania em relação com uma ciência atenta, cuidadosa e plural.

Contextualização teórica

A ciência, longe de ser universal, representa uma construção política no meio de uma arena aberta a conflitos entre particulares e universais, entre diferenças e desigualdades. Por sua vez, as ciências (designadas no plural, reconhecendo a diversidade de epistemologias e ontologias das quais elas partem) têm sido chamadas a se reconhecer enquanto campos de saber poder – considerando seus territórios de influência no olhar estatal e das organizações internacionais – seus mecanismos de democratização, não somente para o acesso aos produtos do conhecimento, mas também ao próprio enquadramento dos problemas que ela tenta resolver: quem faz a ciência?; quais urgências essa ciência prioriza?

A socióloga britânica Hilary Rose (1994) explorou o significado político do cuidado nas ciências para subverter o complexo industrial-militar-científico que caracterizou boa parte de

seu desenvolvimento. Diante dos contextos de excepcionalismo pandêmico (London, Kimmelman 2020), indagamos: qual é o papel de processos tradutórios descolonizadores e reflexivos em corpos e territórios socialmente vulnerabilizados? A partir de quais sensibilidades foram gerenciados os conhecimentos biomédicos, etnobiológicos, históricos e culturais sobre a COVID-19 junto às lideranças comunitárias? Como impactou a experiência do acesso a uma bolsa remunerada na produção de conhecimento local? Quais tecidos de cuidado (Puig de la Bellacasa, 2017) e cidadania foram fortalecidos neste percurso? São estas questões que pretendemos debater nas próximas seções.

Os cuidados e as ciências

De acordo com Maria Puig de la Bellacasa (2017), o “cuidado” inclui:

Tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar “nosso mundo”, para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nossos eus e nosso meio ambiente, tudo o que procuramos entrelaçar em uma teia complexa e sustentadora da vida (Puig de la Bellacasa 2017: 3, tradução nossa).

A presente exploração epistemológica e política de base descolonizadora, feminista e interseccional traz para perto uma experiência de ciência cidadã em contextos de cuidado. Tais contextos interpelam à cidadania enquanto que “direito vindo da cidade”, da urbanidade e tensiona o ethos cidadão com o ethos da cidadania do cuidado, proposto pelas feministas que trabalham nos estudos de justiça reprodutiva (Aler 2011).

Neste ponto, precisamos observar a polissemia do termo “cuidado”. Nele estão contidos os aspectos de “manutenção” do cuidado – o que tradicionalmente é chamado de “trabalho de cuidado” – assim como o senso de uma ética e política de cuidado, a busca de um bem viver, expresso em todos os âmbitos da cultura e da sociedade. Desta forma, o “cuidado”, da forma em que ele é abordado neste trabalho, não envolve somente “a especificidade do trabalho de dependência necessário quando somos incapazes de cuidar de nós mesmas/os” (Puig de la Bellacasa 2017: 4, tradução nossa), mas também a necessária interdependência “como o estado ontológico no qual os seres humanos e inúmeros outros seres inevitavelmente vivem” (Puig de la Bellacasa, 2017: 4, tradução nossa).

Nesse sentido, o cuidado aplicado à pesquisa científica está observando a interdependência entre sujeitos humanos e não humanos, entre diversidades culturais, entre historicidades múltiplas, entre sujeitos sociais cruzados por raças/etnicidades, gêneros, sexualidades, deficiências e idades específicas. A interdependência como ponto de partida torna as empresas científicas menos autoritárias e traz a discussão da participação democrática e ética ao cerne das micropolíticas da ciência em todos seus territórios.

A proposta da ciência cidadã, apesar de não ser tão recente⁶, tem se encontrado em franca expansão desde a última década. Ao apresentarem a sua conceitualização da prática de uma ciência cidadã, Robinson *et al* (2018) sustentam:

Os projetos científicos da ciência cidadã envolvem ativamente os cidadãos em um esforço que gera novos conhecimentos. Os cidadãos podem atuar como contribuintes, colaboradores ou como líderes de projetos e ter um papel significativo nas iniciativas (...) Os projetos de ciência cidadã têm um resultado científico genuíno (...) Tanto os cientistas profissionais quanto os cientistas cidadãos se beneficiam da participação. Os benefícios podem incluir a publicação dos resultados da pesquisa, oportunidades de aprendizado, prazer pessoal, benefícios sociais, satisfação através da contribuição para a evidência científica, por exemplo, para tratar de questões locais, nacionais e internacionais, e através disso, o potencial de influenciar a política (Robinson *et al* 2018: 1).

Por sua vez, o site Open Scientist (2011) refere-se à figura do cientista cidadão como “um voluntário que coleta e/ou processa dados como parte de um inquérito científico”. Mas, como passa a ser a prática de uma ciência cidadã onde os/as voluntários/as da pesquisa começam a ser considerados/as pesquisadores/as, e pagos pelas agências de fomento enquanto tais?

⁶ As propostas emergem do mundo anglo-saxão. No final do século XIX, o ornitólogo Wells Cooke convocou amadores entusiastas da observação de aves para coletar informações sobre padrões de migração nos Estados Unidos. Seu programa evoluiu para o Programa de Fenologia das Aves da América do Norte. Com o advento da internet, da comunicação digital e o uso dos telefones móveis, novas oportunidades se abriram para a ciência cidadã, sobretudo nos contextos de maior letramento científico e aqueles onde é possível uma maior acessibilidade e usabilidade a respeito da tecnologia.

Caracterização do Projeto Boas Práticas

A pesquisa *Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 em Comunidades e Territórios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará* é tecida por coletivos plurais e com perspectivas de mundo e práticas socioculturais diferenciadas. Desde o início de sua execução, em agosto de 2020, a partir do financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o projeto direciona seus esforços, primeiramente, ao fortalecimento das ações em saúde, cultura e direitos humanos das próprias comunidades e movimentos que participam do processo – sejam estas presentes em contexto rural ou urbano do Nordeste brasileiro.

A seguir, listam-se as sete comunidades e movimentos participantes da pesquisa e os quatro grupos de trabalho formados a partir da sua integração: (1) *Grupo de Trabalho Indígena* formado a partir da comunidade indígena do Amarelão/RN em diálogo com comunidades indígenas da serra e do sertão do Ceará, vinculadas ao movimento indígena Potigatapuia; (2) *Grupo de Trabalho Urbano* deriva do encontro do Movimento da População em Situação de Rua/RN com Catadoras da Associação ACREVI – Reciclando para a Vida (Mossoró/RN); (3) *Grupo de Trabalho Mar* forma-se com pescadores/as da Vila de Ponta Negra (Natal/RN) e maricultoras de Pitangui/RN, ligadas à Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas (AMBAP); (4) *Grupo de Trabalho Cigano* compreende a Comunidade Cigana Calon (Sousa/PB). Estas populações vulnerabilizadas partilham do desafio da vivência da COVID-19 no cenário atual do país. Nesse sentido, pretende-se abordar nas próximas páginas, as boas práticas tecidas por estes grupos sociais para enfrentamento do contexto pandêmico, assim como o papel e a contribuição da comunicação no exercício de repensar a dinâmica da saúde e do bem viver por estes cidadãos.

A experiência das bolsas ADC2A: da implementação ao método

O projeto de pesquisa sustenta-se em problematizações transdisciplinares a partir do diálogo entre a antropologia, a saúde coletiva e os estudos da comunicação e tradução. Contudo, as dificuldades no trabalho corpo a corpo impostas pela pandemia colocavam em risco o alcance do projeto. Como iríamos conseguir uma interação efetiva e permanente por parte das comunidades na construção do projeto, como uma experiência global de “boas práticas” no enfrentamento às necropolíticas agudizadas pela pandemia?

No mês de maio de 2021, após uma série de solicitações de ajustes ao CNPq no que diz respeito à especificidade dos/as bolsistas contratados/as pelo projeto, recebemos a notícia da Portaria 500, publicada no dia 07 (Portaria 2021). Nesta, destaca-se de forma enxuta a nova especificidade dos/as bolsistas lideranças reconhecidos pelas suas comunidades – ação que significa a possibilidade de trabalharmos a partir de um vínculo formalmente travado com lideranças das comunidades/movimentos vinculados ao projeto, em uma relação de pesquisa na qual não havia “pesquisadores/as” e “pesquisados/as”, mas, sim, um coletivo plural de pesquisadores/as com diversas inserções, visões e experiências.

Desta maneira, os recursos do projeto tiveram a possibilidade de serem projetados da forma mais capilar possível, colaborando de modo potente no fortalecimento das práticas de pesquisa-intervenção participativa no que diz respeito ao enfrentamento à COVID-19.

Nesse sentido, durante o decorrer das atividades da pesquisa, temos proposto nosso trabalho em etnografias virtuais (Kozinets 2014) junto com lideranças sociais e comunitárias do projeto a partir do que Rancière (2005) denomina de “partilha do sensível”. Segundo ele, um:

“sistema de evidências sensíveis” que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas [...] [que] fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outras tomam parte nessa partilha (Rancière 2005: 15).

Nossa aproximação operacionaliza-se a partir das netnografias digitais viabilizadas por meio de encontros virtuais mediados por plataformas e aplicativos de comunicação, como o *Google Meet* e o *WhatsApp*, o que possibilita a coleta de dados extraídos, ou seja, “o pesquisador cria em conjunção com os membros da cultura por meio de interação pessoal e comunal, [...] bem como entrevistas por correio eletrônico, bate-papo ou mensagens instantâneas” (Kozinets 2014: 95). Somam-se a estas informações, os materiais produzidos em oficinas de reflexão junto a lideranças bolsistas do projeto entre os meses de julho 2020 a agosto 2021.

Este trabalho articulado, apesar de virtual em boa parte das suas atividades, permitiu um enraizamento nos territórios através do reconhecimento dos saberes, autonomia e potência de

lideranças na produção do conhecimento, além da demanda por um acesso democrático e plural à ciência.

Sendo assim, propomos junto com a ideia de uma “ciência cidadã” a transferência de significado do cuidado como um conceito vinculado exclusivamente à manutenção da vida em territórios socialmente invisibilizados para “o terreno de uma política do conhecimento, que sonda as implicações de pensar com o cuidado” (Puig de la Bellacasa 2017: 13, tradução nossa).

A seguir, problematizamos a construção de uma “política do conhecimento” a partir de relatos de oficinas realizadas virtualmente, integrando o processo diálogo promovido pelo *Boas Práticas*.

Ciência Cidadã: relato de uma oficina

No dia 27 de setembro de 2021, foi realizada a oficina “Ciência cidadã, ética e imperialismo lingüístico”. De forma virtual, através da plataforma *Google Meet*, foram convocadas/os as/os lideranças bolsistas das comunidades locais e movimentos sociais, além do próprio *cópus* universitário, com o objetivo de discutir sobre a temática da influência linguística e ideológica da globalização na população brasileira, com maior destaque para a língua inglesa.

Inicialmente, a oficina foi subdividida em dois momentos. O primeiro foi destinado à exposição do assunto referente ao imperialismo lingüístico, expondo de forma didática aos/às espectadores/as o arcabouço histórico-teórico das temáticas abordadas. O segundo momento foi voltado para o diálogo, levantando questionamentos às lideranças presentes sobre o aprendizado das línguas estrangeiras, propostas de combate à globalização linguística, divulgação de línguas indígenas e africanas, além de uma discussão sobre o papel da tradução no contexto do *Boas Práticas*. Deste modo, a segunda sessão foi destinada a ouvir a opinião do heterogêneo grupo de participantes do evento, concedendo espaço para um intercâmbio de experiências e reflexões plurais.

Ao fim da oficina, foi solicitado aos/às participantes que preenchessem um questionário, através da plataforma digital *Google Forms*, que complementaria o debate já iniciado pelo evento. Em tal documento foi observada a familiaridade com outras línguas, além do português, por parte dos respondentes. O questionário também permitiu que os/as participantes

manifestassem suas opiniões sobre a importância de outras línguas, tal como as de origem africana, indígenas e libras, no contexto brasileiro, registrando a opinião unânime de que as mesmas deveriam ser ensinadas nas escolas. O questionário também foi um instrumento de denúncia, por documentar relatos de preconceitos relacionados com o modo de falar e as dificuldades referentes ao aprendizado de uma língua estrangeira.

Exemplificando os registros coletados, expomos alguns deles abaixo, enfatizando a qual Grupo de Trabalho pertence:

Já sofri preconceito pelo meu modo de falar em português, pois não falo no mesmo nível que qualquer pessoa ouvinte. Tenho um jeito diferente de falar que muitas pessoas não estão acostumadas e até os dias de hoje sofro preconceito por esse motivo. Com a LIBRAS também não é diferente, muitos/as já fizeram piadas com a língua, menosprezando-a como se ela não tivesse o devido valor como demais línguas. (Grupo de Acessibilidade).

Por ser cigana, as pessoas julgam não só pela fala mais como também por diversos outros motivos. (Grupo de Trabalho Cigano).

As informações do questionário, além do que foi discutido na oficina, geraram uma reflexão sobre a complexidade dos processos tradutórios na construção de uma ciência cuidada, capaz de promover a cidadania através de práticas de cuidado epistemológicas, políticas e afetivas. Entendemos que a interlocução das lideranças comunitárias no interior do projeto possibilita um tensionamento na situação colonial que trata sujeitos e povos como passivos objetos de estudo, necessitados de uma “ajuda” externa por parte da ciência branca, moderna e ocidental.

Aprendizado Emancipador: relato de uma oficina

No dia 1º de novembro de 2021, em uma tarde, a partir das 14 horas até às 16 horas, povos tradicionais, comunidades locais, universidades e movimentos sociais se reuniram para dialogar de quais maneiras poderíamos repensar a educação. Essa compreendida como um campo de produção de conhecimentos plurais, espaços possíveis de elaboração de novas concepções de práticas educativas que perpassam os espaços formais de educação, transcendendo-os, num horizonte utópico, na direção de uma educação para uma vida, educação para o bem viver.

Esse espaço de diálogo constituiu-se da oficina denominada “Aprendizado emancipador: por uma ciência pluriepistêmica”, que se configurou como um local de exercício concreto de uma imaginação criadora do processo educativo realizado a muitas mãos. Longe do paradigma cartesiano, que separa o humano da produção do conhecimento histórico, uma ciência de base pluriepistêmica ousa incorporar a si mesma uma autocrítica, que parte do tensionamento dos cânones científicos da modernidade, até a uma ampliação, incluindo cosmologias diversas, desde indígenas, ciganos e ciganas, comunidades pesqueiras, ribeirinhas, catadoras de material reciclável, movimento social População em Situação de Rua (POP RUA).

Em aliança política e epistemológica a essas comunidades e movimentos sociais, estão as universidades parceiras – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ). Essas alianças políticas instauram modalidades educativas alternativas ao espaço formal da educação, isso significa que não se pode mais restringir o ato educativo, enquanto aos bancos escolares, mas transformar estes em espaços diversos, que comportem pedagogias diversas, enraizadas em uma educação emancipadora, libertadora dos processos alienantes do capitalismo, que mercantiliza a vida.

A partir desse contexto de comunidades e movimentos com as suas experiências sociais e culturais diversas e complementares, apresentaremos um diálogo construído entre Vanilson Torres, ativista do POP RUA, com o neurocientista Sidarta Ribeiro. Esse diálogo proporcionou um passeio por um itinerário educativo, ou seja, no diálogo quais concepções de educação, de mundo, poderiam ser ditas no horizonte emancipatório?

Uma educação que incluísse um corpo de princípios éticos-políticos que podem ser explicitados: o diálogo com os movimentos sociais, a prática da educação popular, o conhecimento de mundo e a consciência corporal na construção das ciências nas universidades, as práticas emancipatórias nas pesquisas, sobre uma ciência pluriepistêmica.

Esses princípios delinearam a construção dialógica dessa oficina: uma oficina-encontro. Encontro este de saberes, culturas humanística e científica, onde os lugares de fala se corporificam em espaços vividos. Nesse sentido é que se sublinha a presença dos movimentos sociais e em particular do POP RUA, representado por Vanilson Torres, um sábio das ruas – das ruas como lugares de luta, de resistência, mas também do grito dos oprimidos.

Assim, a fala de Vanilson trouxe uma atitude pedagógica popular. Isto é, se colocou como uma ação descolonizadora chamando a atenção das universidades para atuarem junto aos coletivos sociais, também produtores de experiências sociais e conhecimentos diversos. Esse contexto pode ser ampliado no seguinte posicionamento:

Vivi momentos muito difíceis nas ruas, eu costumo dizer que as ruas são uma escola, mas também é uma madrastra, porque ela tem várias nuances. Eu passei por vários momentos de violência policial, violência institucional, comi do lixo... mas há um detalhe que preciso contar, que isso tem tudo haver com nosso debate: Eu me lembro de estar sentado ali na praça dos gatos, ali em frente ao memorial, natal venta muito, e eu sentado lá naqueles bancos e jornais voavam, porque natal venta muito, eu pegava aqueles jornais e começava a ler os jornais e quando olhava a data era de dois anos atrás, mas como isso foi importante para eu não deixar a leitura de lado, não deixar de ler (Vanilson Torres, Ativista do POP RUA 2021).

As ruas são espaços de luta pela sobrevivência. Dessa luta expressa-se um saber sobre o mundo, visto e concebido na pele daqueles e daquelas que geralmente são esquecidos pelo Estado capitalista que mesmo com os Direitos Constitucionais de 1988, ainda reproduz a lógica do lucro, a lógica de um sistema perverso que se orienta por um padrão de desenvolvimento, de conhecimento, de vida, orientado pela perspectiva do progresso, um progresso que não atende as classes populares e oprimidas, mas destaca o poder eurocêntrico, reprodutor de velhos preconceitos, discriminações e racismos de toda ordem. A vida de Vanilson Torres nas ruas é um testemunho vivo de como um ser humano pode ser degradado no que lhe é mais caro, sua dignidade, seu direito de ser gente, com direitos.

Além disso, o próprio Vanilson provocou as universidades a reverem suas maneiras de tratar como objetos de pesquisa, populações, comunidades locais, movimentos sociais, uma vez que essas populações não são destituídas de conhecimento: são protagonistas de modos de conhecer que complementam os saberes científicos.

É nesse aspecto de passar a reconhecer o conhecimento e saber das comunidades e movimentos que, por meio do *Boas Práticas*, ativistas dialogam com cientistas. Tal fato, foi marcado pela presença de Sidarta Ribeiro, cientista público que situou no debate uma concepção de educação, complementando a perspectiva de Vanilson Torres. Vejamos:

Eu vejo que tem uma importância muito grande dos vasos comunicantes entre

saberes tradicionais, movimentos populares, organizações civis e a academia, as universidades. As universidades com toda a dificuldade de comunicação, ela também é com todas as suas deficiências, um dos melhores lugares para se juntar saberes, porque a proposta dela é ser universal, o nome está dizendo, ela quer ser universal. A ciência tem muito a aprender, porque a ciência que é dominante é uma ciência que está profundamente ligada ao colonialismo e nem toda ela se reconhece como tal, por outro lado, muitas partes dela se reconhecem como tal. A ciência tem a pretensão de ser plenamente aberta a crítica, então é um diálogo que tem que acontecer e que é fértil (Sidarta Ribeiro 2021).

A complementaridade entre saberes científicos e saberes da tradição ou de experiências sociais tornou-se possível nesta oficina. Podemos perceber que esse diálogo permitiu que comunidades e universidades se escutassem e pensassem sobre o mundo em que habitam, procurando responder a uma questão: de que forma o aprendizado desse diálogo pode remar na direção da emancipação, da libertação da alienação do capitalismo?

Algumas considerações finais

Diante dos contextos de excepcionalismo pandêmico (London, Kimmelman, 2020), indagamos as sensibilidades a partir das quais foram gerenciados os conhecimentos biomédicos, etnobiológicos, históricos e culturais sobre a COVID-19 junto às lideranças comunitárias, assim como o papel de processos tradutórios descolonizadores e reflexivos em corpos e territórios socialmente vulnerabilizados, levando em conta a importância de continuar tensionando diálogos estratégicos com o Norte Global, reclamando o direito à ciência por parte das comunidades e movimentos envolvidos.

Essa chave que pode reabrir um tempo de politização da vida, do conhecimento, da educação, aponta na retomada dos pressupostos da educação em Paulo Freire, que apostava numa educação libertária, enraizada na sociedade brasileira e latino-americana. Com essa educação libertadora, a oficina *Aprendizado Emancipador* operou um diálogo libertador dos e das que estavam presentes, convidando-nos a estar com o mundo (Freire 2021), não como espectadores da vida, mas como pesquisadores e pesquisadoras que falam a partir dos seus pluriversos (Escobar 2021), indo além de dogmatismos e sectarismos, próprios do sistema colonial. A maior riqueza dessa oficina é sentir os corpos, os pensamentos entrarem num processo de descolonização, em busca de pontos de unidade, que incluem as diversidades de cada sujeito.

É possível pensarmos em uma ciência “cidadã”, que inclui experiências sociais e de tradição, ampliando a capacidade de produção de cosmopolíticas diversas? É possível que essas vozes instaurem, desde suas comunidades até o interior das pesquisas, novos modos de traduzir o mundo? A ciência “cidadã”, cuja existência alimentamos, propõe-se a incluir experiências sociais e saberes da tradição, ampliando a capacidade de produção de cosmopolíticas diversas: essas vozes instauram no interior da pesquisa novos modos de traduzir o mundo, além de todo o ecocídio colonial.

Sabemos que todos os direitos humanos estão conectados, e queremos dizer que o direito à ciência é um direito que ativa todos os outros, responsabilizando cientistas, governos e a própria sociedade civil – especialmente seus grupos mais privilegiados – pelo caminhar na direção da ampliação do acesso à produção do conhecimento, especialmente àquele conhecimento cultivado em territórios acadêmicos, tantas vezes inacessíveis às pessoas que não estão no circuito dos espaços de ensino superior. Uma ciência que dança, uma ciência sabida (Stengers 2016).

Muitas ciências que sentam para conversar desde o que sabem: desde *big data* até experiências corporais, apelando tanto a normativas e restrições, quanto abrindo os horizontes para sonhar. É no sentido de uma ciência cidadã pensada e sentida desde o Sul Global, que é crítica do papel de uma ciência burocratizada, mercantilizada e cooptada por compreensões colonizadas do saber e do poder, que caminham os diálogos inter-epistêmicos de hoje. Dedicamos nossa conversa ao fortalecimento do espírito das comunidades na integralidade das suas dimensões vitais, promovendo um diálogo ético e aberto junto a elas, como sujeitas fundamentais de uma ciência mais democrática, plural e transformadora.

Salientamos a importância estratégica de uma ciência que cuida, uma produção do conhecimento baseada em regimes de cuidado, “cuidadarias” (Aler 2011) locais e corpo a corpo, representativas das buscas pelo bem viver de lideranças de povos tradicionais e movimentos sociais durante e depois da pandemia.

Como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 27 (Declaração 1948), postula: partimos da concepção de que a ciência é um produto da cultura dos povos. Mas precisamos introduzir nesta afirmação à discussão do poder: nesse sentido, a ciência é o reflexo do espelho fosco das hegemonias sociais.

O modelo científico capitalista e colonial que atravessa nossas práticas está tensionado por subalternidades e por movimentos de reconhecimento de epistemologias e ontologias diversas dentro do campo científico. Como a diversidade cultural pode impactar nas políticas da ciência?

O trabalho de uma ciência engajada junto com movimentos sociais, comunidades tradicionais e outras parcelas sociais minorizadas mostra as potencialidades de uma ciência feita com o pé no chão, enriquecida pelas respostas culturais e locais das comunidades e movimentos, que coloca à ciência, as/os cientistas na responsabilidade de dialogar e sintonizar com o restante dos direitos humanos (à informação, à autonomia, à dignidade, à autorrepresentação, mas também a uma água limpa, a um mar sem petróleo, a um teto sob o qual morar, a um trabalho seguro, a uma educação digna, à manifestação aberta da própria cultura, a um convívio com a sociedade livre de discriminação), assim como deixa de dicotomizar “ciência” e “tradição”, mostrando que é possível fortalecer sujeitos sociais que estejam performando, ao mesmo tempo, a sua prática como pesquisadores/as e lideranças das suas comunidades.

Referências

- ACOSTA, Alberto & MARTÍNEZ, Esperanza (orgs.). 2009. *El buen vivir: una vía para el desarrollo*. Quito: Abya-Yala.
- CARVALHO, José Jorge de. 2018. “Encontro de saberes: por uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras”. In: J. Bernardino-Costa; N. Maldonado-Torres e R. Grosfogel, *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 79-106.
- ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, Ana Gretel & FLORES, Maria Eugênia. 2018. “Derechos de las plantas en contexto: dos ontologías latinoamericanas”. *Revista Cultura y Droga*, 23(26): 49-66. Disponível em: [10.17151/culdr.2018.23.26.4](https://doi.org/10.17151/culdr.2018.23.26.4)
- ESCOBAR, Arturo (org.). 2021. *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante.
- FANON, Frantz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- FLEISCHER, Soraya; TORNQUIST, Carmen Susana & FIGUEIROA DE MEDEIROS, Bartolomeu. (orgs.). 2009. *Saber cuidar, saber contar: ensaios de antropologia e saúde popular*. Florianópolis: UDESC.
- FONSECA, Claudia. 2020. “Que ética? Que ciência? Que sociedade?”. In: S. Fleischer e P. Schuch (eds.), *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres; Editora Universidade de Brasília.

- FREIRE, Paulo. 1996. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. 2021. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.
- GONZÁLEZ, Lélia. 1988. “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”. *Raça e Classe*, 2(5).
- KAPLÚN, Mario. 1985. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL.
- KOZINETS, Robert. 2014. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.
- KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LONDON, Alex John & KIMMELMAN, Jonathan. 2020. “Against pandemic research exceptionalism”. *Science*, 368(6490): 476-477. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/368/6490/476>.
- MINAYO, Maria Cecília Souza. 2009. “Contribuições da antropologia para pensar a saúde”. In. G. W. S. Campos et al. (orgs.), *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec.
- ORTIZ OCAÑA, Alexander & ARIAS LOPEZ, María. 2019. “Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación”. *Hallazgos*, 16(31): 147-166.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia & ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). 2010. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina. pp. 17-31.
- PUIG DE LA BELLACASA, María. 2017. *Matters of care: speculative ethics in more than human worlds*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- RANCIÈRE, Jacques. 2005. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental, Editora 34.
- ROBINSON, Lucy Danielle; CAWTHRAY, Jade Lauren; WEST, Sarah Elizabeth; BONN, Aletta & ANSINE, Janice. 2018. “Ten principles of citizen science”. In. S. Hecker, M. Haklay et al. (eds.), *Citizen science: innovation in open science, society and policy*. London: UCL Press. pp. 1-23.
- ROSE, Hilary. 1994. *Love, power and knowledge: towards a feminist transformation of the sciences*. Cambridge: Polity Press.
- STENGERS, Isabelle. 2016. ““Uma ciência triste é aquela em que não se dança”. Conversações com Isabelle Stengers”. *Revista de Antropologia*, 59(2): 155-186. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121937>
- VASCONCELOS, Eymard M. 2007. “Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde”. *Caderno de Educação Popular e Saúde*. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Ministério da Saúde: Brasília-DF. pp. 18-29.

Documentos

CÓDIGO de Nuremberg. 2002. Diretrizes e declarações. *Centro de Bioética do CREMESP*. Disponível em: <http://www.bioetica.org.br/?siteAcao=DiretrizesDeclaracoesIntegra&id=2>

COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos. 2020. Pandemia y derechos humanos en las Américas. *Organización de Estados Americanos (OEA)*, Resolución, n. 1, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf>.

DECLARAÇÃO Universal de Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. 1948. *Assembleia Geral das Nações Unidas*, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

ECISA – European Citizen Science Association. 2015. *Ten principles of citizen science*. Berlin. Disponível em: <http://doi.org/10.17605/OSF.IO/XPR2N>

PORTARIA CNPq no 500, de 07 de maio de 2021. 2021. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 07 mai. 2021. Disponível em: <https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266>

Post em Blogs

ALER, Isabel. “Transformar la ciudadanía en cuidadania”. *Tenemos Tetas*, 2011. Disponível em: <http://www.tenemostetas.com/2011/10/isabel-aler-transformar-la-ciudadania.html>.

OPEN SCIENTIST. Finalizing a definition of ‘citizen science’ and ‘citizen scientists’. 2011. Disponível em: <http://www.openscientist.org/2011/09/finalizing-definition-of-citizen.html>